

☆ continuação

incluem o custo de materiais e de salários de funcionários diretamente envolvidos no projeto em construção ou formação destes ativos, assim como quaisquer outros custos diretamente atribuíveis a este ativo até que este esteja em condições de ser utilizado para seus fins. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com as taxas divulgadas na Nota Explicativa nº 9. Os terrenos não são depreciados. Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado. Quando os ativos reavaliados são vendidos, os valores incluídos na reserva de reavaliação são transferidos para lucros acumulados. Os custos dos encargos sobre empréstimos tomados para financiar a construção do imobilizado são capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para o uso pretendido. Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a Companhia. As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado. As vidas úteis estimadas são as seguintes:

- **Reservatórios e barragens:** 25 anos;
- **Edificações:** 60 anos;
- **Máquinas e equipamentos:** de 10 a 33 anos;
- **Móveis e utensílios:** 10 anos;
- **Aeronaves:** 10 anos;
- **Veículos:** 5 anos;
- **Equipamentos de segurança:** 5 anos;
- **Embarcações e flutuantes:** 10 anos.

3.9. Redução ao valor recuperável de ativos: O imobilizado e outros ativos não circulantes são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

3.10. Provisões: Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. As provisões são reconhecidas para passivos de termo ou valor incertos que surgiram como resultado de transações passadas. O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento CPC 25 e consideram premissas definidas pela administração e seus assessores jurídicos.

- **Ativos contingentes:** trata-se de direitos potenciais decorrentes de eventos passados, cuja ocorrência depende de eventos futuros. São reconhecidos nas demonstrações contábeis apenas quando há evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização (Classificação de Risco "Praticamente Certo"), geralmente nos casos de ativos com garantias reais, decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos, ou quando existe confirmação da capacidade de recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.
- **Passivos contingentes:** decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal das atividades, movidos por terceiros, em ações trabalhistas, cíveis e fiscais. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores jurídicos, e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar obrigações, cujo montante possa ser estimado com suficiente segurança. As contingências são divulgadas como: prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, divulgadas sem que sejam provisionadas; e remotas, que não requerem provisão e divulgação. O total das contingências é quantificado utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e ao valor. Os depósitos judiciais em garantia, quando existentes, são atualizados monetariamente de acordo com os índices oficiais dos tribunais de justiça.

3.11. Empréstimos: Os empréstimos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*).

3.12. Passivo circulante e não circulante: Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

3.13. Receita: A receita de fornecimento de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada. A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal é apropriada considerando-se como

base a carga real de energia disponibilizada no mês e o índice de perda anualizado. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento. A receita de comercialização de energia é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

| | 2016 | 2015 |
|--|--------------|--------------|
| 3. Caixa e equivalentes de caixa: | | |
| Contas bancárias | 5.235 | 19 |
| Aplicações financeiras | 4.561 | 4.094 |
| | 9.796 | 4.113 |

As aplicações financeiras referem-se a CDB/RDB DI remuneradas por taxas variáveis de 0,95% a 1,12% do CDI e possuem liquidez imediata com uma mudança insignificante em relação ao valor registrado. Essas aplicações estão classificadas como instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

| | 2016 | 2015 |
|--|--------------|--------------|
| 4. Contas a receber: | | |
| Centrais Elétricas do Pará S.A. (CELPA) | 6.932 | 3.028 |
| Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) | 2.678 | 2.367 |
| | 9.610 | 5.395 |

A Companhia utiliza como critério de mensuração das Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD), os títulos com vencimentos superiores a 360 dias, conforme determinação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

5. Impostos a recuperar:

| | 2016 | 2015 |
|--------------------------|------------|--------------|
| Ativo circulante | | |
| COFINS sobre imobilizado | - | 123 |
| PIS sobre imobilizado | - | 27 |
| IRRF sobre aplicações | 962 | - |
| IRPJ a recuperar | 34 | - |
| Créditos recuperáveis | 2.734 | 2.727 |
| | 996 | 2.877 |

Os créditos de PIS/COFINS são condizentes com o artigo 6º da Lei nº 11.488/2007, que trata dos impostos recuperáveis sobre edificações e o artigo 3º, parágrafo 14 da Lei nº 10.833/2003, com redação dada pelo artigo 21 da Lei nº 10.865/2004, que trata dos impostos recuperáveis na aquisição de máquinas e equipamentos integrantes do imobilizado.

| | 2016 | 2015 |
|---|------------|------------|
| 6. Adiantamentos a fornecedores: | | |
| Adiantamento a fornecedores | 65 | 107 |
| Adiantamento a terceiros | 78 | 295 |
| | 143 | 402 |

| | 2016 | 2015 |
|---------------------------------|--------------|----------------|
| 7. Partes relacionadas: | | |
| Descrição | Ativo | Passivo |
| Buriti Energia S.A. | - | 1.712 |
| Eletricidade Paraense S.A. | 16.109 | 10 |
| Edison Lobão Filho | 1.050 | - |
| Lerans Energia Ltda. | 15.748 | - |
| Brasil Central Engenharia Ltda. | - | 1.651 |

| Descrição | Taxa anual depreciação (%) | | Custo | Adições | Transferência | Baixas | Depreciação acumulada | Saldo líquido (2016) |
|------------------------------|----------------------------|--|----------------|------------|---------------|-----------------|-----------------------|----------------------|
| | | | | | | | | |
| Usinas | | | | | | | | |
| Reservatórios e barragens | 4% | | 216 | - | - | - | (33) | 183 |
| Edificações e obras civis | 4% | | 129.393 | - | - | (41) | (42.406) | 86.946 |
| Máquinas e equipamentos | 3% | | 29.594 | 242 | - | - | (6.259) | 23.577 |
| Móveis e utensílios | 10% | | 12 | - | - | - | (2) | 10 |
| Rede básica | | | | | | | | |
| Edificações e obras civis | 4% | | 27.925 | - | - | - | (5.816) | 22.109 |
| Máquinas e equipamentos | 3% | | 1.359 | - | - | - | (326) | 1.033 |
| Móveis e utensílios | 10% | | 1 | - | - | - | - | 1 |
| Administração central | | | | | | | | |
| Aeronaves | 10% | | 413 | - | - | - | (375) | 38 |
| Embarcações e flutuantes | 10% | | 7 | - | - | - | (7) | - |
| Equipamento segurança | 20% | | 196 | - | - | - | (178) | 18 |
| Máquinas e equipamentos | 10% | | 2.598 | 9 | - | (2) | (2.408) | 197 |
| Móveis e utensílios | 10% | | 256 | 1 | - | - | (169) | 88 |
| Veículos | 20% | | 284 | - | - | - | (229) | 55 |
| Terrenos | | | 220 | - | - | - | - | 220 |
| | | | 192.474 | 252 | (43) | (58.208) | 134.475 | |

| Descrição | Taxa anual depreciação (%) | | Custo | Adições | Transferência | Baixas | Depreciação acumulada | Saldo líquido (2015) |
|------------------------------|----------------------------|--|----------------|------------|---------------|-----------------|-----------------------|----------------------|
| | | | | | | | | |
| Usinas | | | | | | | | |
| Reservatórios e barragens | 4% | | 216 | - | - | - | (29) | 187 |
| Edificações e obras civis | 4% | | 129.188 | 41 | 165 | - | (37.232) | 92.162 |
| Máquinas e equipamentos | 3% | | 26.651 | 197 | 2.747 | - | (5.366) | 24.229 |
| Móveis e utensílios | 10% | | - | 11 | - | - | (1) | 10 |
| Rede básica | | | | | | | | |
| Edificações e obras civis | 4% | | 27.924 | - | - | - | (5.117) | 22.807 |
| Máquinas e equipamentos | 3% | | 1.359 | - | - | - | (284) | 1.075 |
| Móveis e utensílios | 10% | | - | 1 | - | - | - | 1 |
| Administração central | | | | | | | | |
| Aeronaves | 10% | | 413 | - | - | - | (329) | 84 |
| Embarcações e flutuantes | 10% | | 7 | - | - | - | (7) | - |
| Equipamento segurança | 20% | | 188 | 8 | - | - | (159) | 37 |
| Máquinas e equipamentos | 10% | | 2.490 | 108 | - | - | (2.117) | 481 |
| Móveis e utensílios | 10% | | 221 | 35 | - | - | (141) | 115 |
| Veículos | 20% | | 277 | 7 | - | - | (171) | 113 |
| Terrenos | | | 220 | - | - | - | - | 220 |
| | | | 189.154 | 408 | 2.912 | (50.953) | 141.521 | |

| | 2016 | 2015 |
|------------------------------------|---------------|----------------|
| Aegea Investimentos S.A. | - | 26 |
| Mafe Energia | 1.581 | 150.590 |
| Mara Daisy Dias | 11.965 | 11 |
| Filadelfo dos Reis Dias | 2.659 | - |
| Fernando Antonio Bertin | 2.719 | - |
| Natalino Bertin | 16 | - |
| Silmar Roberto Bertin | 16 | - |
| Fabiola C. de N. Sampaio | 238 | - |
| Luiz Carlos Gradella | 13 | - |
| Iluminatti Com. Energia Elet.Ltda. | 4 | - |
| | 52.118 | 154.000 |
| | 52.056 | 163.210 |

A Administração identificou como partes relacionadas à Companhia suas controladoras, outras empresas ligadas aos mesmos acionistas da Companhia, seus administradores, Conselheiros e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definição no Pronunciamento CPC 5(R1). As operações junto às partes relacionadas não foram formalizadas mediante contrato de mútuo. A Companhia firmou instrumento particular de confissão de dívida e outras avenças no valor histórico de R\$ 119.372 mil, sendo fixado que o montante atualizado até a data da assinatura do contrato é de R\$ 197.712 mil, referente a mútuo junto à parte relacionada Heber Participações S.A., celebrado em 1º de agosto de 2012, a ser pago em 180 meses. Sendo acordado que o pagamento das parcelas ocorrerá tão somente por meio de 86% da sobra do fluxo de caixa, se existe, respeitando e priorizando o pagamento com BNDES, as despesas ordinárias com funcionários, operação, manutenção, impostos e outras despesas necessárias para o regular funcionamento da Companhia. Na mesma data, foi firmado instrumento particular de assunção de dívida com a anuência da Companhia onde a Heber Participações S.A. transfere o montante do crédito para Mafe Energia e Participações S.A., controladora da Curuá Energia S.A., sendo mantido as condições do instrumento de confissão de dívida firmado junto a Heber Participações S.A.

Remuneração do pessoal-chave da administração: Remuneração mensal - de acordo com a ata de reunião do conselho de Administração da companhia Buriti Energia S.A. em 30 de julho de 2015:

| Pessoa-chave | Função | Total |
|-----------------------------------|-------------------------------------|------------|
| André Gustavo | | 19 |
| Azevedo Gomes | Diretor Superintendente | 19 |
| Rodrigo Miranda | Diretor Superintendente | 17 |
| Edmundo | | 17 |
| José Rodrigues | Membro do Conselho de Administração | 17 |
| Fabiola Cassia de Noronha Sampaio | Membro do Conselho de Administração | 17 |
| Natalino Bertin | Membro do Conselho de Administração | 17 |
| Silmar Roberto Bertin | Membro do Conselho de Administração | 17 |
| | | 106 |